

Arruda quer eleições diretas nas escolas

O governador José Roberto Arruda assinou mensagem à Câmara Legislativa para avaliação do projeto de lei que propõe a gestão compartilhada na rede pública de ensino do DF. O principal ponto do documento, que será encaminhado hoje à Casa, sugere as eleições diretas dos diretores das escolas. Hoje, a escolha desses servidores é feita pelo próprio governo. Além disso, se aprovado o texto, as escolas terão verba própria para custeio de materiais e os professores temporários passarão a receber por hora/aula ministrada.

De acordo com o projeto, o candidato à diretoria deve passar por uma prova de conhecimentos sobre gestão

educacional e avaliação de títulos, para depois ser eleito pela comunidade, caso seja aprovado na primeira etapa. "Não se podia cair numa medida populista e escolher o mais 'legal e bonzinho' para ser diretor. A pessoa pode não ter o perfil pra isso. Por isso a idéia de fazer uma pré-seleção", justificou o secretário de Educação, José Luiz Valente. "Quando o professor faz concurso, faz só para dar aula. A prova não é para saber se ele tem vocação para ser um bom gestor ou não", argumentou.

O Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) considera as eleições diretas um avanço, mas discorda do processo se-

letivo antes da votação da comunidade. A categoria acredita que a primeira etapa deva ser a escolha pela população para depois passar por um curso de gestão. "Queremos primeiro o aval da comunidade, depois o governo propicia o treinamento. O professor já passou pelo concurso público, já foi avaliado", defendeu um dos diretores do Sindicato, José Antônio Gomes Coelho. "Acreditamos que o principal ponto aglutinador seja a relação que o professor tem com a comunidade. Ele tem conhecimento na área pedagógica. Escola não é pra dar lucro, e sim pra lidar com seres humanos", alfinetou.

Outro ponto divergente se

dá na questão do contrato temporário. Hoje, os professores com esse tipo de vínculo recebem o equivalente a um salário de início de carreira. Pela nova proposta, no entanto, passariam a receber por hora/aula dada, o que acarretaria redução nos vencimentos. "O Sinpro jamais vai propor redução de salário de um trabalhador", comentou Coelho. Segundo ele, a categoria vai lutar pela modificação do texto junto à Câmara Legislativa.

Verba para as escolas

A aprovação do projeto vai possibilitar a descentralização da verba para a educação no DF. O orçamento este ano para a área é de R\$ 3,148

bilhões. Desse total, R\$ 2,847 é destinado para gastos com pessoal. Cada escola passará a receber um valor de acordo com sua dimensão. Para Valente, isso pode ser o início da desburocratização no ensino público. "Os dirigentes terão a liberdade de gastar de acordo com as necessidades mais prementes que tiverem. Daremos condições de suprirem a sua escola com material de consumo. Hoje, se falta qualquer coisa, por exemplo, pode se levar meses para resolver o problema", explicou. "Não há como cobrar a qualidade no ensino se a gente não tem condição de dar agilidade no processo", ressaltou (KR).